

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES
Resolução do Conselho do Governo n.º 47/2008 de 9 de Abril de 2008

Entre as competências da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar encontram-se as relativas à coordenação das acções necessárias à execução da política regional no domínio das pescas e a gestão e conservação dos recursos hídricos, nos termos das alíneas b) e d) do n.º 1 do artigo 2º do Anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2007/A, de 16 de Maio;

Considerando que se constatou a necessidade de uma intervenção integrada na freguesia de Porto Formoso, na ilha de São Miguel, abrangendo a protecção da base da falésia adjacente à praia e a criação de uma infra-estrutura de apoio à faina da pesca, essencialmente formada por uma rampa de varagem e cais acostáveis;

Nos termos das alíneas b) e z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2007/A, de 27 de Dezembro, em conjugação com o disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e com a alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/A, de 28 de Janeiro, o Conselho do Governo resolve:

1. Autorizar a abertura de um concurso público para adjudicação da “Empreitada de Protecção da Base da Falésia e Melhoria das Infra-estruturas de Apoio à Pesca – Porto Formoso – Ilha de São Miguel”, com o preço base de 1.200.000,00€, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 47.º e nos n.ºs 1 e 3, alínea b), do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março e na alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2007/A, de 27 de Dezembro.

2. Delegar, no Subsecretário Regional das Pescas, com faculdade de subdelegação, competências para autorizar a correspondente despesa, procedimento e adjudicação, bem como aprovar a minuta do contrato a celebrar e nele outorgar em representação da Região e ainda para praticar todos os demais actos que, nos termos da lei, sejam cometidos à entidade adjudicante, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2008/A, de 28 de Janeiro, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2007/A, de 27 de Dezembro e nos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo e ainda nos artigos 4.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

3. Os encargos resultantes da execução da empreitada referida no n.º 1 serão suportados da seguinte forma:

a) 800.000,00€ por conta das verbas inscritas no Programa 11, Projecto 2, Acção N, do plano de investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar;

b) 400.000,00€ por conta das verbas inscritas no Programa 21, Projecto 1, Acção E, do plano de investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

4. A presente resolução entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Santa Cruz da Graciosa, em 17 de Março de 2008. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.